

OFÍCIO Nº 5814 /2019 – MEC

Brasília, 23 de setembro de 2019.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados
Palácio do Congresso Nacional, edifício sede, sala 27
70160-900 Brasília/DF


Assunto: Resposta ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 697/19, de 21 de agosto de 2019. Requerimento de Informação nº 1002, de 2019, do Deputado Jesus Sérgio.



Senhora Deputada,

Cumprimentando-a cordialmente, em atenção ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 697/19, de 21 de agosto de 2019, que versa sobre o Requerimento de Informação nº 1002, de 2019, de autoria do Deputado Jesus Sérgio, encaminho a Vossa Excelência cópia da Nota Técnica nº 14/2019/CHEFIA/GAB/SEB/SEB, da Secretaria de Educação Básica (SEB), contendo as informações acerca do lançamento do 'Compromisso Nacional pela Educação Básica', com objetivos até 2022.

Na oportunidade, coloco-me à disposição de Vossa Excelência para qualquer esclarecimento adicional que se fizer necessário.

Atenciosamente,


ABRAHAM WEINTRAUB
Ministro de Estado da Educação

PRIMEIRA-SECRETARIA	
Documento recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Em 20/09/2019	às 14h36
 Servidor	5816 Ponto
 Portador	



Ministério da Educação

NOTA TÉCNICA Nº 14/2019/CHEFIA/GAB/SEB/SEB

PROCESSO Nº 23123.005708/2019-84

INTERESSADO: JESUS SÉRGIO - DEPUTADO FEDERAL

ASSUNTO

0.1. Requerimento de Informação nº 1002, de 2019, de autoria do Deputado Jesus Sérgio, o qual solicita informações acerca do lançamento do 'Compromisso Nacional pela Educação Básica', com objetivos até 2022.

1. **REFERÊNCIAS**

1.1. Requerimento de Informação n. 1002, de 2019 (SEI n. [1673300](#))

2. **SUMÁRIO EXECUTIVO**

2.1. Trata de análise do Requerimento de Informação nº 1002, de 2019, de autoria do Deputado Jesus Sérgio, o qual solicita informações acerca do lançamento do 'Compromisso Nacional pela Educação Básica', com objetivos até 2022, apresentando as indagações a seguir.

- a) Quais as ações pretendidas pelo MEC ao lançar o Compromisso Nacional pela Educação Básica?
- b) Quais obras estão previstas para serem realizadas no Estado do Acre até 2022 pelo Compromisso Nacional pela Educação Básica?
- c) Em que consiste o 'Novo Ensino Médio' anunciado com investimentos de R\$ 230 milhões de reais dentro do 'Compromisso Nacional pela Educação Básica'?
- d) Quais são as prioridades e metas a serem atingidas pelo "Compromisso Nacional pela Educação Básica"?
- e) Qual volume de recursos será aplicado até 2022 nessa ação?

3. **ANÁLISE**

3.1. Conforme o disposto no §2º do art. 50 da Constituição Federal - CF "As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas", a Secretaria de Educação Básica - SEB tece as seguintes considerações aos itens do Requerimento em epígrafe.

3.2. Quanto ao **item a**, que indaga "Quais as ações pretendidas pelo MEC ao lançar o Compromisso Nacional pela Educação Básica", informamos os seguintes projetos:

3.2.1. Educação Infantil: Acesso à Educação Infantil; e Qualidade da Educação Infantil.

3.2.2. Ensino Fundamental: Formulação de Programa de Correção de Fluxo Escolar; e Formulação de Programa para os Anos Finais do Ensino Fundamental.

3.2.3. Ensino Médio: Apoio à implementação do Novo Ensino Médio; e Sustentabilidade e continuidade da Política de Ensino Médio em Tempo Integral.

3.2.4. Educação de Jovens e Adultos (EJA): Implementação da BNCC e Nova Regulação de EJA; e Programa de EJA Articulada à Educação Profissional e Tecnológica.

3.2.5. Docentes: Forma Brasil Docente - Formação Inicial; Forma Brasil Docente - Formação Continuada; e Atratividade do profissional docente.

3.2.6. Forma Brasil Gestão: Formação de Dirigentes, Conselheiros Municipais e escolares e gestores escolares (plataforma de formação).

3.2.7. Educação Conectada: Programa Inovação Educação Conectada - universalização do acesso à internet e uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica.

3.2.8. Base Nacional Comum Curricular: Apoio à Implementação da BNCC - PROBNCC - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

3.3. Quanto ao **item b**, "Quais obras estão previstas para serem realizadas no Estado do Acre até 2022 pelo Compromisso Nacional pela Educação Básica?", informamos que até o momento não há previsão de obras para os Municípios do Estado do Acre. Os municípios do Estado do Acre interessados deverão elaborar o Plano de Ações Articuladas – PAR a partir do diagnóstico da sua situação educacional, preencher e enviar eletronicamente os formulários e documentos disponibilizados no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação - SIMEC, módulo PAR, indicando as ações de infraestrutura física referentes às obras e serviços de engenharia, com os respectivos quantitativos para atendimento.

3.4. Acerca do **item c**, o qual questiona "Em que consiste o 'Novo Ensino Médio' anunciado com investimentos de R\$ 230 milhões de reais dentro do 'Compromisso Nacional pela Educação Básica'?", cabe elucidar que o Novo Ensino Médio consiste na mudança de modelo educacional que tem por objetivos garantir a oferta de educação de qualidade a todos os jovens brasileiros e aproximar as escolas à realidade dos estudantes, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade.

3.4.1. Com esse intuito, a Lei nº 13.415, de 2017, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394, de 1996, e estabeleceu uma nova estrutura para o Ensino Médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (com no máximo 1.800h) e que contemple a oferta de diferentes possibilidades de escolha dos itinerários formativos (com no mínimo 1.200h) pelos estudantes, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. Ressalte-se que a ampliação da carga horária totalizando 3.000 horas em todas as escolas de Ensino Médio deverá ser concluída até 2022.

3.4.2. A fim de implementar as diretrizes do Novo Ensino Médio, o Ministério da Educação instituiu o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio com o objetivo de apoiar as Secretarias Estaduais de Educação - SEE no processo de transição para o novo modelo. O Programa configura-se por meio de: apoio à gestão e às ações pedagógicas das SEE com provisão de assistências técnicas; criação da ação de implementação de escolas-piloto em auxílio aos estados para a expansão do Novo Ensino Médio em todas as escolas da rede; suporte às SEE na elaboração de um Plano de Implementação do Novo Ensino Médio; fornecimento de ferramenta digital para redesenho das propostas curriculares nas escolas; e financiamento via PDDE Novo Ensino Médio. Além dessas ações, o Compromisso contempla a criação de um Observatório, em conjunto com Consed e Undime, para acompanhamento da implantação do Novo Ensino Médio.

3.4.3. A ação de financiamento para as escolas-piloto, via Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE Novo Ensino Médio, foi regulamentada pela Portaria MEC nº 1.024, de 2018, que definiu as diretrizes do apoio financeiro às unidades escolares pertencentes às secretarias participantes do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, e pela Resolução CD/FNDE nº 21, de 2018, que destinou recursos financeiros a fim de apoiar a implementação do Novo Ensino Médio e a realização da avaliação de impacto do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

3.4.4. O repasse de recursos está previsto para ser realizado em três parcelas: I - primeira parcela, no montante de vinte por cento do valor total a ser repassado, condicionada à validação da SEB-MEC das

escolas que aderiram no sistema PDDE Interativo, que foi realizada no final de 2018; II - segunda parcela, no montante de quarenta por cento do valor total a ser repassado, condicionada à elaboração do Plano de Acompanhamento da Proposta de Flexibilização Curricular pela Secretaria e à aprovação da Proposta de Flexibilização Curricular da escola, em sistema específico indicado pela SEB-MEC, previsto para o segundo semestre de 2019; e III - terceira parcela, no montante de quarenta por cento do valor total a ser repassado, em sistema específico indicado pela SEB-MEC.

3.4.5. Até o corrente ano, há 22 estados que fizeram a adesão ao Programa, totalizando 3.519 escolas. Os recursos repassados em 2018 foram de R\$ 65 milhões, e a previsão para segunda e terceira parcelas em 2019 é em torno de R\$ 230 milhões. Essas parcelas e valor estão em consonância com a iniciativa MEC "Compromisso Nacional pela Educação Básica".

3.4.6. Assim, esta Secretaria afirma que o Novo Ensino Médio está contemplado, sob a vertente legal, pelas Lei nº 13.415, de 2017; Lei nº 9.394, de 1996; Resolução CD/FNDE nº 21, de 2018; Portarias MEC nºs 649 e 1.024, de 2018; e sob a vertente pedagógica pela BNCC; pelos Referenciais Curriculares para elaboração de Itinerários Formativos; e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica - DCNEM, no âmbito do Compromisso Nacional pela Educação Básica.

3.5. Em relação ao **item d**, "Quais são as prioridades e metas a serem atingidas pelo 'Compromisso Nacional pela Educação Básica'?", informamos que a Planilha (SEI n. 1715842), anexada ao processo em comento, contempla os objetivos/metadados de cada projeto detalhado no item a.

3.6. Por último, em relação ao **item e**, "Qual volume de recursos será aplicado até 2022 nessa ação?", informamos que a proposta orçamentária desta Secretaria encaminhada a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO, por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual 2020, contemplou o montante de R\$ 2,8 bilhões para executar todas as ações desta SEB, cuja execução depende do PLOA 2020 que está em tramitação no Congresso Nacional, sujeito a alterações por emendas ao orçamento alocado por parlamentares que podem acrescentar, suprimir ou modificar os valores.

3.7. Ante o exposto, esta Secretaria reforça que as ações constantes no "Compromisso Nacional pela Educação Básica" serão desenvolvidas com a participação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime e do Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed.

4. **CONCLUSÃO**

4.1. Em face do exposto, a SEB considera atendida a solicitação, requerida pelo Deputado Federal Jesus Sérgio, por meio do Requerimento de Informação nº 1002, de 2019, motivo pelo qual submete a presente Nota Técnica à Assessoria Parlamentar - ASPAR/GM, para as providências de sua competência.

Brasília, 20 de setembro de 2019.

JULIANA GRANDE POUSA FIDELIS
Coordenadora do Gabinete/SEB

VINICIUS PEREIRA ANDRADE
Chefe de Gabinete

De acordo. Encaminhe-se à ASPAR/GM.

JANIO CARLOS ENDO MACEDO

Secretário de Educação Básica



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Grande Pousa Fidelis, Coordenador(a)**, em 20/09/2019, às 19:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Pereira Andrade, Chefe de Gabinete**, em 20/09/2019, às 19:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Janio Carlos Endo Macedo, Secretário(a)**, em 23/09/2019, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1726259** e o código CRC **CB42B3D4**.

PROJETO PRIORITÁRIO	OBJETIVOS / METAS	2019	2020	2021	2022
Futuro do Brasil (FNB)	Promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, visando: 1. Melhoria da qualidade da alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental; 2. Melhoria do acesso e da aprendizagem na pré-escola; 3. Melhoria dos índices de alfabetização de adultos; e 4. Recuperação dos alunos não devidamente alfabetizados que estão no longo da educação básica.	• 11/04 - Decreto 9.765, Institui PNA; • 15/06 - Lançamento da Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Cnabe) e Lançamento do Ciderno da PNA; • 15/08 - Partilha de formação do painel de especialistas; • desenvolvimento dos conteúdos das capacitações e das viagens, e do sistema on line de apoio ao program; • 22 a 25/10 - Conab; • 23 semestre - adesão voluntária das redes selecionadas. R\$ 2,3 milhões	• 18 semestre - início de capacitação dos docentes; • 1º semestre - avaliação de impacto de docentes e alunos; • novembro - avaliação de impacto de docentes e alunos. R\$ 15 milhões	• aprimoramento e ampliação do programa R\$ 20 milhões	• aprimoramento e ampliação do programa R\$ 30 milhões
Escola Cidadã-Militarize (ECM)	• 108 Escolas (1 por UF, por ano, até 2023) • Numerar em 0,5 ponto a média do EBI das escolas fomentadas; • Capacitar 70% dos professores, profissionais da educação e militares das ECM.	• 1º ano - formação do programa; • 03/09 - Lançamento do Programa; • 1º e 2º - Adesão dos Estados e Municípios, seleção das escolas e assinatura dos termos de cooperação; • 07/12 a 1º/01/20 - preparação das escolas e capacitação. R\$ 5 milhões	• Implantação do projeto piloto: 27 escolas, 1 por UF; • 1º ano - implementação do projeto piloto; • 1º e 2º - validação do modelo. R\$ 55 milhões	• Implantação de 27 escolas, 1 por UF. R\$ 110 milhões	• Implantação de 27 escolas, 1 por UF. R\$ 165 milhões
Futuro 20	Fortalecimento da autonomia administrativa e financeira das IFES, gerando maior autonomia de gestão das receitas próprias; flexibilização de despesas e maior fomento com setor empresarial para atividades de inovação, visando: 1. Gestão, Governança e Empreendedorismo - criar mecanismos que facilitem na melhoria das ações de gestão, fomentam o empreendedorismo e aproximam as ações de governança nas IFES; 2. Pequena e Inovação - Criar um ecossistema de inovação pujante nas IFES, possibilitando que trabalhem com maior foco em inovação e em parceria com empresas, bem como criar condições para a efetiva implementação do novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação; e 3. Internacionalização - Promover as IFES brasileiras no exterior, elevando a posição das instituições nos rankings e índices internacionais.	• 17/07 - Lançamento do Programa e início da consulta pública; • 29/08 - 30/09 - Consulta pública; • 30/08 a 30/09 - Consultas das propostas recebidas; • 01/10 - Entrega da proposta de Aterção nominal; • 31/12 - Definição dos indicadores, em cada um dos eixos, que serão analisados pelo MEC. R\$ 5 milhões	15 semestre • Estimativa de aprovação das alterações normativas; • Estimula captação de receitas próprias, por meio de startups, empresas juniores, etc (Responsabilidade: IFES); • Desenvolvimento de ações nos eixos de Gestão, Governança e Empreendedorismo; Pesquisa e Inovação e Internacionalização (Responsabilidade: IFES); 23 semestre (após aprovação da lei) • Pactuação com uma OS (Responsabilidade: IFES) • Pactuação do União de Autonomia Financeira das IFES (Responsabilidade: IFES) • Estruturação do fundo soberano de Conhecimento (Responsabilidade: MEC). R\$ 4 milhões (14 milhões pré-projetos; 4 milhões correios pré-projetos; 20 milhões aplicações; 8 milhões fomentação)	• Ampliação da aplicação do ENEM Digital, duas aplicações em datas distintas, opcional para os participantes no ato de inscrição, com duas aplicações em papel. R\$ 100 milhões	• Ampliação da aplicação do ENEM Digital: até quatro aplicações em datas distintas, opcional para os participantes no ato de inscrição, mantendo-se duas aplicações em papel. R\$ 200 milhões
ENEM Digital	Meta: Geral: • Aplicação do ENEM Digital para 50 mil alunos, em 15 capitais, em outubro/2020; • Realizar aplicações ENEM Digital em datas distintas em 2022 a 2025; • Realizar até quatro aplicações do ENEM Digital em datas distintas de 2022 a 2025; • 2025 - Consolidação do modelo ENEM totalmente digital, com diversas aplicações e replicações por ano.	• outubro: validação do projeto piloto de exame digital; • 1º ano - desenvolvimento de modelo conceitual (pedagógico, logístico, segurança, infraestrutura, equipamentos); • 1º ano - desenvolvimento/aquisição de plataforma digital. R\$ 12 milhões	• Out: Aplicação piloto com 50 mil participante em 15 capitais, de todas as regiões do país; R\$ 4 milhões (14 milhões pré-projetos; 4 milhões correios pré-projetos; 20 milhões aplicações; 8 milhões fomentação)	• Ampliação da aplicação do ENEM Digital, duas aplicações em datas distintas, opcional para os participantes no ato de inscrição, com duas aplicações em papel. R\$ 100 milhões	• Ampliação da aplicação do ENEM Digital: até quatro aplicações em datas distintas, opcional para os participantes no ato de inscrição, mantendo-se duas aplicações em papel. R\$ 200 milhões
Plano de Educação Digital	Objetivos: Redução da burocracia e custos dos serviços prestados à sociedade por meio da simplificação no acesso aos serviços públicos, da redução dos custos para obtenção de serviços e da redução do tempo de espera pelos serviços prestados. Debucratizar e modernizar do Estado. Meta: • Ampliação da oferta de 39 serviços em meio digital pelo MEC, incluindo a Carteirainha Estudante Digital e o Diploma Digital, por meio da transformação, padronização ou criação dos serviços; • Redução dos custos de implementação dos serviços; • Redução do tempo de espera para obter os serviços; e RPF: 6.531.555,45/ano.	Conograma de Entregas: 1 - Unificação dos Canais Digitais (Decreto n. 9.756/19); Agosto: Migração dos apps do MEC, INEP para a loja Gov.br Setembro: Migração dos apps do FIDE para a loja Gov.br 2 - Transformação, Evolução e Padronização de serviços Digitais (legisn único + avaliação de serviços); - 18 serviços no final do 3º Trimestre - 19 serviços no final do 4º Trimestre - 19 serviços no final do 1º Trimestre R\$ 0,8 milhão	Conograma de Entregas 2020: 1 - Unificação dos Canais Digitais (Decreto n. 9.756/19); Migração dos portais para o portal único do Governo Federal até o 4º Trimestre de 2020, incluindo a Migração dos portais MEC, FOME, INEP e CAPES; 2 - Transformação, Evolução e Padronização de serviços Digitais (legisn único + avaliação de serviços); 24 serviços no final do 1º Trimestre 13 serviços no final do 2º Trimestre, incluindo o ENEM Inscrição, Sisu, Proim e MEC; 11 serviços no final do 3º Trimestre, incluindo o Diploma Digital; 12 serviços no final do 4º Trimestre 16 serviços de evolução até o final do ano; 3 - Interoperabilidade e utilização de Ciência de Dados (Decreto n. 9.756/19) - Implantação do Cadastro Base do Estudante (Formata do Estudante) - Consolidação das bases de dados oficiais em atendimento ao Decreto nº 9.723/2019; - Realização do Núcleo de Informações Gerenciais e Integração com suas vinculadas; - Realização e fomento de parcerias públicas de consulta a dados. R\$ 15 milhões	• Continuidade da disponibilização de vagas em creches privadas. R\$ 300 milhões	• Continuidade da disponibilização de vagas em creches privadas. R\$ 500 milhões
Novos Caminhos para os Jovens	• Formação de professores Complementação Pedagógica; • Elevação de matrícula em cursos de licenciatura; • Fomento à oferta de cursos de complementação pedagógica, atualização tecnológica e/ou especialização para professores; • Oferta de vagas em curso específico de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica; • 21 mil novas vagas em cursos de licenciatura até 2022, gerando 48.800 novas matrículas até 2022, com projeção de 148 mil matrículas até 2025; • 40 mil novas vagas em cursos de complementação pedagógica; • 2.000 novas vagas em cursos de mestrado profissional; • Plataforma digital do Mapa da Educação Profissional e Tecnológica; • Fomento à formação técnica e profissional para jovens e adultos.	15 Semestre • Grupo de Trabalho para realização de diagnóstico e estruturação de novo modelo de grupo para gerenciamento das vagas decorrentes das repactuações; 21 semestre • Realização para a oferta de vagas, de cursos e server realizados em 2020 e 2021; • Levantamento e harmonização das ementas dos cursos das demandis das redes estaduais por formação de professores e organização do processo de seleção dos beneficiários; "Concentração do diagnóstico e início da formação de professores a distância com momentos presenciais; • Abertura do prazo para envio das propostas de alteração dos cursos; • Lançamento da Plataforma Digital do Mapa da Educação Profissional e Tecnológica 1.0, com a disponibilização de acesso aos especialistas e ofertantes da Educação Profissional; R\$ 6 milhões	13 semestre: • Análise e aprovação das propostas de atualização dos cursos; • Disponibilização de acesso a Plataforma Digital do Mapa da Educação Profissional e Tecnológica para o conjunto da sociedade; 23 semestre • Publicação da Lei de criação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Durante todo ano; • Oferta e realização de Cursos de formação de professores e definição das turmas e instrumento de adesão das modalidades presencial e a distância R\$ 30 milhões	• Continuidade da disponibilização de vagas em creches privadas. R\$ 300 milhões	• Continuidade da disponibilização de vagas em creches privadas. R\$ 500 milhões
Plano de Passos (Passos a Preencher)	• 7 mil vagas, constituição de recursos oriundos de sentenças judiciais, orçamento e outros, para compra de vagas em creches privadas.	• 7 mil vagas - Negociação com STF e RGR para utilização de 1,5 bilhão na compra de vagas em creches privadas; • 1º ano - elaboração de Modelo, Projeção, Projeto de Lei para instituição do fundo privado de acordo do programa primeiros passos. R\$ 5 milhões	• Continuidade da disponibilização de vagas em creches privadas. R\$ 300 milhões	• Continuidade da disponibilização de vagas em creches privadas. R\$ 500 milhões	• Continuidade da disponibilização de vagas em creches privadas. R\$ 800 milhões

EIXO		COMPROMISSO NACIONAL PELA EDUCAÇÃO BÁSICA	
JOVENS E ADULTOS	PROJETOS	OBJETIVOS/METAS	
		<p>* Implementar a avaliação nacional da qualidade da EJA - IDEB EJA</p> <p>Parceiros: INEP</p>	
	Programa de EJA Articulado à Educação Profissional e Tecnológica	<p>* Definir marcos legais para lançamento do Programa EJA Integrada</p> <p>* Implementar Planejamento da EJA (PlaneJA)</p> <p>* Revisar a proposta da Base Nacional Comum da Formação de Professores da educação básica</p>	
	Forma Brasil Docente - Formação Inicial MEC - CONSED - UNIDIME	<p>* Participar da revisão das diretrizes curriculares nacionais</p> <p>* Revisar a avaliação dos cursos de Licenciatura no âmbito do SINAES</p> <p>Parceiros: SESU, SEMESP, SETEC, SERES, CAPES e INEP</p> <p>* Ofertar cursos de 2ª licenciatura para docentes em exercício nos anos finais do EF e EM.</p> <p>Parceiros: SESU, SETEC, SERES, CAPES e INEP</p>	
DOCENTES	Forma Brasil Docente - Formação Continuada MEC - CONSED - UNIDIME	<p>* Desenvolver, em conjunto com as redes, trilhas de formação para docentes da Educação Básica, articuladas com a BNCC e BNCF.</p> <p>* Elaborar Programa de Mentoria para os docentes que estão em exercício.</p>	
	Atratividade do profissional docente MEC - CONSED - UNIDIME	<p>* Constituir grupo de estudos para propor estratégias para melhorar a atratividade da carreira docente.</p> <p>* Revisar o Decreto 8.752/2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.</p>	
	Forma Brasil Gestão MEC - CONSED - UNIDIME	<p>* Propor matriz de referência de competências e habilidades do gestor escolar</p> <p>* Elaborar Programa de Mentoria e Cooperação para Gestão Escolar.</p> <p>* Estruturar processo de formação, com certificação, para composição do banco de gestores escolares</p> <p>* Estruturar processo de formação de dirigentes, conselheiros municipais e escolares e gestores escolares (plataforma de formação)</p>	
EDUCAÇÃO CONECTADA	Programa Inovação Educação Conectada MEC - CONSED - UNIDIME	<p>* Apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica, exatamente como direcionam o PNE e o E-Digital</p>	
BNCC	Apoio à implementação da BNCC - PROBNC - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio MEC - CONSED - UNIDIME	<p>Dar apoio financeiro e técnico aos estados e municípios para a implementação da BNCC, contemplando revisão ou elaboração do currículo estadual em regime de colaboração, alinhado à BNCC, e formação dos profissionais da educação e à revisão ou elaboração dos projetos pedagógicos das escolas de acordo com os currículos recém publicados</p>	

EIXO	PROJETOS	OBJETIVOS/METAS
EDUCAÇÃO INFANTIL	Acesso à Educação Infantil MEC - CONSED - UNIDIME	*Reestruturar o Programa PROINFÂNCIA Parceiro: FNDE
	Qualidade da Educação Infantil MEC - CONSED - UNIDIME	*Analisar a possibilidade de expansão/reestruturação do E. I. Manutenção
	Formulação de Programa de Correção de Fluxo Escolar MEC - CONSED - UNIDIME	*Implementar os Parâmetros de Qualidade da Educação Infantil Parceiros: SEALF *Implementar Avaliação-piloto da Educação Infantil Parceiro: INEP
ENSINO FUNDAMENTAL	Formulação de Programa para os Anos Finais do Ensino Fundamental MEC - CONSED - UNIDIME	*Elaborar Programa-piloto para ampliação da jornada escolar para os anos finais do ensino fundamental
	Apoio à implementação do Novo Ensino Médio MEC - CONSED - UNIDIME	*Implementar a Governança para Acompanhamento e Implementação do Programa Novo Ensino Médio nas 3.500 escolas-piloto. *Apoiar tecnicamente as Secretarias Estaduais na implementação do Programa. *Aprovar proposta de flexibilização curricular e liberação de recursos. *Reabrir a adesão para as UFs que não aderiram ao Programa em 2018 (SP, RJ, DF e RO) *Implantar observatório para acompanhar a implantação do Novo Ensino Médio
	Ensino Médio	*Realizar avaliação de impacto *Revisar as portarias para melhoria da execução do programa *Analisar a possibilidade de ampliação de matrículas pelo Programa *Contratar assessoria técnica para acompanhar a implantação do EMTI (acordo de Empréstimo Banco Mundial) *Implementar itinerários de EPT no Ensino Médio, aproveitando a capacidade instalada de Universidades, Institutos Federais e parcerias público-privadas. Parceiros: SETEC, SESU e universidades privadas)
EDUCAÇÃO DE	Implementação da BNCC e Nova Regulação de EJA MEC - CONSED - UNIDIME	*Construir e aprovar novas Diretrizes Operacionais de EJA *Apoiar a implementação das novas diretrizes operacionais *Elaborar materiais de apoio para a adaptação do currículo de EJA